

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	59
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	572.078.479
Preferenciais	578.578.081
Total	1.150.656.560
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	5.894.186	5.556.532
1.01	Ativo Circulante	1.195.378	1.050.772
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	66.451	351.382
1.01.02	Aplicações Financeiras	502.766	100.815
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	502.766	100.815
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	502.766	100.815
1.01.03	Contas a Receber	368.634	345.614
1.01.03.01	Clientes	362.255	339.393
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.379	6.221
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	6.379	6.221
1.01.04	Estoques	121.749	116.404
1.01.06	Tributos a Recuperar	120.024	125.054
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	120.024	125.054
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.754	11.503
1.01.08.03	Outros	15.754	11.503
1.02	Ativo Não Circulante	4.698.808	4.505.760
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.162.863	1.133.589
1.02.01.04	Contas a Receber	16.502	18.712
1.02.01.04.01	Clientes	13.911	15.765
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.591	2.947
1.02.01.07	Tributos Diferidos	58.447	56.696
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	58.447	56.696
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.087.914	1.058.181
1.02.01.10.03	Depósitos dado em Garantia	99.183	100.348
1.02.01.10.04	Ativo Financeiro Municipalizado	121.771	20.904
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro de Contrato	824.391	895.534
1.02.01.10.06	Direito de Uso de Bens	42.569	41.395
1.02.02	Investimentos	32	32
1.02.02.01	Participações Societárias	32	32
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	32	32
1.02.03	Imobilizado	50.285	53.546
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	50.285	53.546
1.02.04	Intangível	3.485.628	3.318.593
1.02.04.01	Intangíveis	3.485.628	3.318.593
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.696.792	1.703.528
1.02.04.01.02	Ativo de Contrato	1.788.836	1.615.065

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	5.894.186	5.556.532
2.01	Passivo Circulante	843.790	953.579
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	98.680	83.460
2.01.01.01	Obrigações Sociais	18.396	19.337
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	80.284	64.123
2.01.02	Fornecedores	99.621	164.093
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	99.621	164.093
2.01.03	Obrigações Fiscais	158.229	153.188
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	157.208	152.070
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	107.781	104.906
2.01.03.01.02	REFIS	672	149
2.01.03.01.03	COFINS	12.178	12.332
2.01.03.01.04	COFINS Parcelamento	25.940	24.615
2.01.03.01.05	Outros	10.637	10.068
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.021	1.118
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	404.729	400.833
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	223.027	167.549
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	107.315	65.011
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	115.712	102.538
2.01.04.02	Debêntures	142.207	203.433
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	39.495	29.851
2.01.05	Outras Obrigações	9.016	62.068
2.01.05.02	Outros	9.016	62.068
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.929	56.951
2.01.05.02.07	Outros	4.087	5.117
2.01.06	Provisões	73.515	89.937
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	73.515	89.937
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	73.515	89.937
2.02	Passivo Não Circulante	2.532.417	2.344.544
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.233.286	2.031.497
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.005.973	1.170.592
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	305.487	360.553
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	700.486	810.039
2.02.01.02	Debêntures	1.209.920	836.614
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	17.393	24.291
2.02.02	Outras Obrigações	142.958	140.123
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	53.567	41.084
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	53.567	41.084
2.02.02.02	Outros	89.391	99.039
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	71.125	80.773
2.02.02.02.04	Receita Diferida	18.266	18.266
2.02.03	Tributos Diferidos	53.039	55.639
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	53.039	55.639
2.02.04	Provisões	103.134	117.285
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	103.134	117.285

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.487	6.487
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	4.775	30.434
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	75.989	76.072
2.02.04.01.05	Plano Previdenciário - Déficit Atuarial	15.883	4.292
2.03	Patrimônio Líquido	2.517.979	2.258.409
2.03.01	Capital Social Realizado	1.355.289	1.355.289
2.03.02	Reservas de Capital	52.022	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	52.022	0
2.03.03	Reservas de Reavaliação	75.303	76.325
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	75.303	76.325
2.03.04	Reservas de Lucros	736.576	736.576
2.03.04.01	Reserva Legal	49.576	49.576
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	687.000	687.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	212.595	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	61.044	65.069
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	25.150	25.150

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	530.713	1.104.950	466.286	929.303
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-260.094	-505.001	-238.195	-479.885
3.03	Resultado Bruto	270.619	599.949	228.091	449.418
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-106.408	-228.568	-89.605	-195.115
3.04.01	Despesas com Vendas	-32.317	-61.368	-30.055	-61.747
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-79.201	-172.570	-77.652	-154.043
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.315	7.316	18.296	21.164
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-205	-1.946	-194	-489
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	164.211	371.381	138.486	254.303
3.06	Resultado Financeiro	-51.437	-60.400	-49.953	-101.064
3.06.01	Receitas Financeiras	24.119	43.035	21.918	37.699
3.06.02	Despesas Financeiras	-75.556	-103.435	-71.871	-138.763
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	112.774	310.981	88.533	153.239
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.895	-103.432	-30.010	-52.119
3.08.01	Corrente	-39.305	-107.781	-28.864	-51.676
3.08.02	Diferido	2.410	4.349	-1.146	-443
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	75.879	207.549	58.523	101.120
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	75.879	207.549	58.523	101.120
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,06279	0,17174	0,05386	0,09307
3.99.01.02	PN	0,06907	0,18891	0,05869	0,10142

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	75.879	207.549	58.522	101.120
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.513	5.046	2.566	5.132
4.02.01	Realização da reserva de reavaliação	3.809	7.645	3.886	7.772
4.02.02	Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	-1.296	-2.599	-1.321	-2.642
4.02.03	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	1	2
4.03	Resultado Abrangente do Período	78.392	212.595	61.088	106.252

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	150.272	134.277
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	299.757	177.592
6.01.01.02	Lucro de Líquido Exercício	207.549	101.120
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	87.737	82.315
6.01.01.04	Depreciação - Crédito de Tributos	5.834	5.371
6.01.01.05	AVP Direito de Uso de Bem	1.572	2.165
6.01.01.06	IR e CSLL Diferidos	-4.350	443
6.01.01.07	Provisão para Contingência	-83	-10.923
6.01.01.09	Alienação do Imobilizado	1.142	393
6.01.01.10	Outros Ajustes	356	-3.292
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-149.485	-43.315
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-21.008	-26.553
6.01.02.02	Partes Relacionadas	12.325	14.292
6.01.02.03	Estoques	-5.345	11.722
6.01.02.04	Depósitos dados em garantia	1.165	754
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	5.030	-18.670
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e participações	15.220	7.127
6.01.02.07	Tributos a Recolher	-4.607	34.623
6.01.02.08	Provisões para Benefícios a Empregados - PDVI	-42.081	-39.094
6.01.02.09	Fornecedores	-64.472	-14.242
6.01.02.10	Convenios com Prefeituras	143	0
6.01.02.12	Conversão de Dividendos em AFAC	0	-10.735
6.01.02.14	Pagamento de dividendos	-52.022	0
6.01.02.15	Plano previdenciario	11.591	0
6.01.02.20	Outros	-5.424	-2.539
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-288.212	-248.955
6.02.01	Adições no Imobilizado e Intangível	-288.212	-248.955
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	254.960	-69.995
6.03.01	Adições nos Empréstimos e Financiamentos	563.436	76.206
6.03.02	Amortização dos Empréstimos e Financiamentos	-360.498	-156.936
6.03.04	Conversão de Dividendos em AFAC e em Espécie	0	10.735
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	52.022	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	117.020	-184.673
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	452.197	455.782
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	569.217	271.109

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.355.289	0	736.576	0	166.544	2.258.409
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.355.289	0	736.576	0	166.544	2.258.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	52.022	0	0	0	52.022
5.04.08	AFAC Governo do Estado	0	52.022	0	0	0	52.022
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	207.549	0	207.549
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	207.549	0	207.549
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.046	-5.046	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.645	-7.645	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.599	2.599	0
5.07	Saldos Finais	1.355.289	52.022	736.576	212.595	161.498	2.517.980

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.224.547	120.000	541.051	0	117.980	2.003.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.224.547	120.000	541.051	0	117.980	2.003.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.735	0	0	0	10.735
5.04.08	AFAC Governo do Estado	0	10.735	0	0	0	10.735
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.120	0	101.120
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.120	0	101.120
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.132	-5.132	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.772	-7.772	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.642	2.642	0
5.06.04	Baixas de investimentos	0	0	0	2	-2	0
5.07	Saldos Finais	1.224.547	130.735	541.051	106.252	112.848	2.115.433

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	1.198.611	1.019.983
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.220.435	1.025.460
7.01.02	Outras Receitas	5.370	20.675
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-27.194	-26.152
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-317.558	-312.947
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-179.378	-172.058
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-131.472	-133.116
7.02.04	Outros	-6.708	-7.773
7.03	Valor Adicionado Bruto	881.053	707.036
7.04	Retenções	-108.140	-101.809
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-87.737	-82.314
7.04.02	Outras	-20.403	-19.495
7.04.02.01	Depreciação - crédito de tributos	-5.834	-5.371
7.04.02.02	Amortização direito de uso de bem	-14.569	-14.124
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	772.913	605.227
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.035	37.699
7.06.02	Receitas Financeiras	43.035	37.699
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	815.948	642.926
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	815.948	642.926
7.08.01	Pessoal	244.228	216.479
7.08.01.01	Remuneração Direta	162.275	151.710
7.08.01.02	Benefícios	65.209	47.223
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.386	11.662
7.08.01.04	Outros	4.358	5.884
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	260.736	186.564
7.08.02.01	Federais	260.534	186.349
7.08.02.02	Estaduais	174	188
7.08.02.03	Municipais	28	27
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	103.435	138.763
7.08.03.01	Juros	139.317	109.056
7.08.03.03	Outras	-35.882	29.707
7.08.03.03.01	Variações monetárias e cambiais	-42.191	16.252
7.08.03.03.02	Outras despesas de financiamentos	380	1.183
7.08.03.03.03	Multas e acréscimos moratórios	5.929	12.272
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	207.549	101.120
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	207.549	101.120

Comentário do Desempenho



Comentários dos resultados até o 2º Trimestre 2025 em milhares de Reais

1. INTRODUÇÃO

A Companhia tem como prioridade número um, desenvolver sua missão de “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, bem estar, qualidade de vida e desenvolvimento econômico, social e sustentável”, através da prestação dos serviços em todos municípios onde opera.

Um desafio importante para a Companhia, é fazer a expansão até atingir a “universalização” dos sistemas de esgotamento sanitário a fim de cumprir os prazos estabelecidos pelos contratos com municípios e da Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

2. EVOLUÇÃO DO MERCADO E INDICADORES RELACIONADOS

Demonstramos abaixo alguns indicadores operacionais da companhia no final do 2º trimestre de 2025 e o comparativo com o mesmo período do ano anterior:

Discriminação	30/06/2025	30/06/2024	Variação	Δ%
Ligações de Água	852.217	852.254	37	0,0%
Ligações de Esgoto	163.385	148.573	-14.812	-9,1%
Unidades Autônomas de Água	1.296.895	1.281.870	-15.025	-1,2%
Unidades Autônomas de Esgoto	405.562	372.007	-33.555	-8,3%
Volume Faturado de Água (m ²)	96,233	94,982	-1	-1,3%
Volume Faturado de Esgoto (m ²)	24,41	22,426	-2	-8,1%
População. Abast. c/ Água	2.913.235	2.717.829	-195.406	-6,7%
Índice de Abast. De Água	95,5%	97,3%	0	1,9%
População. Atendida c/Esgoto	883.412	838.631	-44.781	-5,1%
Índice de Abast. De Esgoto	28,9%	30,1%	0	4,1%
Número de Empregados	2.674	2.652	-22	-0,8%
Ligações (A+E) /Empregados	379,81	377,39	-2	-0,6%
Desp. Pessoal/Rec. Operac. Líquida	27,9%	26,3%	0	-5,8%

Os números do mercado de atuação do 2º trimestre de 2025 demonstram a continuidade dos avanços nas metas da Companhia, especialmente na ampliação do acesso aos serviços de esgotamento sanitário e no aumento da população atendida com água.



Comentário do Desempenho

Observa-se também uma melhora na produtividade dos empregados e maior eficiência no uso dos recursos, pela redução do índice de despesas com pessoal em relação à receita operacional líquida.

Apesar da leve queda no número de ligações de água e no índice de cobertura, os resultados indicam uma tendência positiva de crescimento sustentável, com foco na universalização dos serviços e na melhoria contínua da eficiência operacional e econômica da Companhia.

3. INVESTIMENTOS

A Companhia segue focada na execução do seu plano de investimentos para desenvolver e expandir os serviços, em razão de seu compromisso com os municípios operados e a sua preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas direta e indiretamente no Estado, no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. Nesse sentido, foram aplicados até junho de 2025 o montante de R\$287.034, conforme abertura apresentada no gráfico a seguir



4. ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO ATÉ O TRIMESTRE

4.1. ATIVO E PASSIVO – em comparação com DFP de 2024

Ativo

No comparativo entre 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o ativo total apresentou um aumento de 6,1%, passando de R\$5.557 para R\$5.894, devido aumento de caixa e aplicações financeiras em R\$117 e nos ativos de contratos (obras em andamento) em R\$173.

Ativo Circulante



Comentário do Desempenho

O Ativo Circulante apresentou um aumento relevante de 13,8%, passando de R\$1.051 em 31 de dezembro de 2024 para R\$1.195 em 30 de junho de 2025.

Essa variação no Ativo Circulante está diretamente ligada ao aumento de caixa e aplicações financeiras decorrentes da entrada da 4ª Emissão de debêntures e do crescimento de Contas a receber de clientes, decorrente do ciclo natural de aumento do faturamento, sem impacto na inadimplência que segue baixa.

Ativo Não Circulante

Verificou-se um acréscimo de 1,6% em relação ao mês de dezembro, com o total evoluindo de R\$4.506 para R\$4.699. Esse aumento deve-se, principalmente, à elevação do saldo na conta ativos de contratos (obras em andamento), decorrente do nosso elevado programa de investimentos.

Passivo

O aumento do passivo foi devido principalmente ao aumento da conta empréstimos e financiamentos em R\$203.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante apresentou uma redução de 11,5%, passando de R\$954 para R\$844. Essa redução foi influenciada, principalmente, pela expressiva redução de R\$64 na conta de Fornecedores, refletindo o cumprimento dos pagamentos pela empresa e na conta de Dividendos propostos pela conversão do Governo do Estado de Santa Catarina para a conta de Adiantamento para Futuro aumento de Capital no valor total de R\$52.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante teve um aumento de 8,0%, totalizando R\$2.532 em 30 de junho de 2025, ante R\$2.345 em 31 de dezembro de 2024. A rubrica que mais contribuiu para essa variação foi a conta de Empréstimos e Financiamentos com aumento de R\$209.

4.2. RESULTADO – em comparação com o mesmo período do ano anterior

Receita Operacional Líquida

No 2º trimestre de 2025, a Receita Bruta da Companhia totalizou R\$632.779, representando um crescimento de 23,8% em relação ao mesmo período de 2024.

No acumulado do ano de 2025, a Receita Líquida da Companhia totalizou R\$1.104.950, representando um crescimento de 18,9% em relação ao mesmo período de 2024.

Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelas receitas de tarifas de água e esgoto, que registraram aumentos expressivos, ocasionado pelo reajuste tarifário a partir de junho de 2024 de 16,1%, e também pelo crescimento do consumo e base total de clientes.

Comentário do Desempenho



O quadro a seguir apresenta o detalhamento da receita, em milhões de reais:

	2º ITR 2025	2º ITR 2024	Δ R\$	Δ %
Tarifas de água	934.614	794.318	140.296	17,7%
Tarifas de esgoto	275.602	218.734	56.867	26,0%
Outras	10.219	12.407	(2.188)	-17,6%
Total Receita Bruta	1.220.435	1.025.459	194.975	19,0%
Deduções da receita PIS e COFINS	(115.485)	(96.157)	(19.328)	20,1%
Total Receita Líquida	1.104.950	929.303	175.647	18,9%

Custos e Despesas dos Serviços Prestados

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, os custos e despesas dos Serviços Prestados apresentaram um acréscimo de apenas 6,22% (de R\$695.675 para R\$738.939, conforme detalhamento apresentado no quadro a seguir:

	2º ITR 2025	2º ITR 2024	Δ R\$	Δ %
Pessoal	290.544	259.329	31.216	12,0%
Materiais	52.089	54.133	(2.045)	-3,8%
Serviços de Terceiros	173.902	173.876	26	0,01%
Gerais	92.904	85.746	7.157	8,4%
Depreciação, Amortização e Prov.	129.500	122.590	6.910	5,6%
Total	738.939	695.675	43.264	6,2%

As principais variações verificadas nos grupos foram:

Pessoal, com aumento de 12,0% ocasionado principalmente pelo evento não recorrente de equacionamento déficit atuarial de R\$12.400, além dos reajustes salariais, com base no INPC de 5,3% em 2025 (data base maio).

Gerais e Administrativas, com aumento de 8,4% ocasionado principalmente pelo aumento em Fundos para programas municipais em R\$6.371 (16%) e ações judiciais e custas em R\$1.787 (15%).

Depreciações, Provisões e Amortizações, com aumento de 5,6%, principalmente pelo aumento na amortização de intangíveis em R\$6.387 (8,3%).

Resultado Financeiro

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o resultado financeiro teve uma variação de -40,3% (de -R\$101.064 para -R\$60.400). Decorrente principalmente da redução expressiva das despesas financeiras, em virtude das variações cambiais negativas dos empréstimos em moeda estrangeira.

Comentário do Desempenho

	2º ITR 2025	2º ITR 2024	Variação	Variação %
Receitas financeiras	43.035	37.699	5.335	14,2%
Despesas financeiras	(103.435)	(138.763)	35.328	-25,4%
Total	(60.400)	(101.064)	(40.664)	-40,2%

Lucro Líquido do Exercício

No 2º ITR de 2025, a Companhia apurou um Lucro Líquido expressivo de R\$207.549, representando um crescimento notável de 105,3% em relação ao mesmo período de 2024 (R\$101.120). O aumento expressivo foi ocasionado principalmente pelo aumento da receita líquida, com um forte crescimento do Resultado Operacional e uma melhora significativa no Resultado Financeiro.

	2º ITR 2025	2º ITR 2024	Variação	Variação %
Resultado Operacional	371.381	254.303	117.078	46,0%
Resultado Financeiro	(60.400)	(101.063)	40.663	-40,2%
Tributos sobre o Lucro	(103.432)	(52.120)	(51.133)	98,5%
Lucro Líquido	207.549	101.120	106.429	105,3%

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

No 2º ITR de 2025, o EBITDA da Companhia alcançou R\$479.521, um aumento de 34,7% em relação aos R\$356.112 registrados no 2º ITR de 2024. A margem EBITDA também apresentou um crescimento significativo, passando de 38,3% em junho de 2024 para 43,4% em junho de 2025, o que representa uma variação positiva de 13,3%.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 30 de junho de 2025, em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente uma população de quase 3 milhões de pessoas nos seus municípios atendidos, sendo 192 municípios catarinenses (66% dos municípios do estado) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros seis municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 300 mil pessoas.

Dos 193 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 181 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, dos quais 171 possuem as metas de universalização previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 90,6% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios, a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratação e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios por ano de vencimento dos Contratos de prestação de serviços:

Nº DE MUNICÍPIOS POR ANO DE VENCIMENTO DOS CONTRATOS							
2025	16	2034	7	2043	14	2052	1
2026	8	2035	2	2044	7	2053	1
2027	2	2036	18	2045	3	2055	1
2028	11	2038	3	2046	8	2056	2
2029	4	2039	1	2047	5	2065	2
2030	12	2040	3	2048	11	Sem ou	
2031	1	2041	2	2049	13	vencido	12
2032	3	2042	12	2050	8		

Total de 193 municípios

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e na execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e das metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e alterada pela Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis n.º 6.404/76, n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem, ainda as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 15 de julho de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo.
- O ativo atuarial de benefício definido (BD) é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e das perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis e as notas explicativas são apresentadas em milhares de Reais, a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas e práticas contábeis são aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

As principais políticas e práticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações foram:

3.1. Transações e posições em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na

Notas Explicativas

data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.
- Recebíveis: são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa



Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa incluem os recursos em espécie, os depósitos à vista em contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que funcionam como reserva de liquidez imediata, sem risco relevante de mudança no valor.

3.4. Contas a receber de clientes e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores vencidos por mais de 180 dias, representando um saldo considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas nas contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas. O valor assim determinado pode ser ajustado quando excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes.

3.5. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, os mesmos são então bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível.

3.7. Imobilizado e Intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação ou amortização

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

3.8. Capital Social

- Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto nas assembleias de acionistas.
- Ações preferenciais: São classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.9. Redução ao Valor Recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são



Notas Explicativas

avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa a Companhia, devido à sua estrutura tarifária única em todos os municípios operados, pelo amparo regulatório das agências;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;

Notas Explicativas

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos e mantidas estáveis do 6º ano em diante, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico de 2024 avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

3.10. Benefícios a Empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

É um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.



Notas Explicativas

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - Benefício de término de vínculo empregatício

É reconhecido como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso: a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária; seja provável que a oferta seja aceita; e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor, em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.11. Provisões

São reconhecidas, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.12. Receita por Serviços Prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e
- iii. é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

3.13. Receita de Construção



Notas Explicativas

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da porcentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula. O valor da receita de construção é apresentado na Nota explicativa nº25, porém não é incluso nas demonstrações contábeis.

3.14. Subvenção e Assistência Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

3.15. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

3.16. Impostos sobre Receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

3.17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que

Notas Explicativas

estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.18. Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

3.19. Informações por Segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apresentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

3.20. Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se estes contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

Notas Explicativas

- i. se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- ii. qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;
- iii. juros incorridos no período (ajuste a valor presente);
- iv. PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2028, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

MATURIDADE DOS CONTRATOS		
Vencimento das Prestações	Ano 2025	Ano 2024
2024	-	11.941
2025	38.163	31.854
2026	29.574	19.687
2027	4.130	1.044
2028	1.918	696

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

ATIVO	31/12/ 2024	Revisão / novos contratos	Baixas	Depreciação	30/06/ 2025
Não Circulante					
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	41.395	15.861	(264)	(14.423)	42.569
PASSIVO					
Contratos de Arrendamento Mercantil	54.143	15.861	(12.169)	(947)	56.888
Circulante	29.851				39.495
Não Circulante	24.292				17.393

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings (Fitch) em 24 de julho de 2024 realizou um upgrade no rating nacional de longo prazo da Companhia para 'BBB+ (bra)', elevando em uma única vez, três níveis (notches), o que a torna uma empresa segura para investimentos com perspectiva estável.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

Risco de Liquidez



Notas Explicativas

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida, tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

Risco de Crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de Mercado

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

Risco Financeiro

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona o pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para os acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de junho de 2025.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados à taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

Indexador		06/2025 a 06/2026	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Projeção dos Juros		242.621	272.949	212.293	303.276	181.966	363.932	121.311
CAIXA	UPR	15.779	17.751	13.807	19.724	11.834	23.669	7.890
Debêntures Simples	CDI	112.542	126.610	98.474	140.678	84.407	168.813	56.271
Debêntures Incentivada	IPCA	78.875	88.735	69.015	98.593	59.156	118.312	39.437
Banco do Brasil	CDI	26.816	30.168	23.464	33.520	20.112	40.224	13.408
ABC	CDI	8.609	9.685	7.533	10.761	6.457	12.914	4.305
Indexador:								
	CDI	14,90	16,7625	13,0375	18,625	11,175	22,35	7,45
	IPCA	0,26	0,29	0,23	0,33	0,20	0,39	0,13
	UPR	22,91253	25,77617	20,04813	28,64019	17,184114	34,36823	11,45607

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Moeda 30/06/2025		+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%	
Passivo Financeiro		816.198	879.459	714.172	1.020.245	612.147	1.224.294	408.098
AFD	Euro	129.253	145.408	113.096	161.565	96.939	193.877	64.625
JICA	Ien	374.686	421.521	327.849	468.356	281.014	562.028	187.343
FONPLATA	Dolar	312.259	312.530	273.227	390.324	234.194	468.389	156.130
Cotação:								
	Euro	6,4230	7,225875	5,620125	8,02875	4,81725	9,6345	3,2115
	Ien	0,03785	0,04258125	0,03311875	0,0473125	0,0283875	0,056775	0,018925
	Dolar	5,45710	5,4618	4,7750	6,8214	4,0928	8,1857	2,7286

Notas Explicativas

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.581.127	2.378.188
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(66.451)	(351.382)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(502.766)	(100.815)
Dívida Líquida	2.011.910	1.925.991
Total do Patrimônio Líquido	2.517.979	2.258.409
Capital Total	5.099.106	4.636.597
Índice de Alavancagem	39%	42%
Participação de Capital Próprio	49%	49%

4.3. Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	66.451	351.382
Aplicações Financeiras e Títulos	502.766	100.815
Contas a Receber de clientes (Líquido de PDD)	376.166	355.158
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	(1.764.929)	(1.465.611)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	(816.198)	(912.577)



Notas Explicativas

Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

5.2. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que

Notas Explicativas

sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas resultantes desses processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia opera em dois segmentos: tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As políticas contábeis para esses segmentos são as mesmas usadas nas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos são divulgados de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre outros ativos e passivos de forma segregada, a exceção das mencionadas nessas notas explicativas, como a nota 15 relacionada ao Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado. As informações dos segmentos, usadas para decisões estratégicas e revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

Receita Operacional e Resultado:

Notas Explicativas

	30/06/2025		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	944.782	275.653	1.220.435
Deduções da receita bruta	(89.433)	(26.052)	(115.485)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	(855.349)	(249.601)	1.104.950
Amortização operacional			(69.071)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(435.930)
Lucro bruto			599.949
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(233.938)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			5.370
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			371.381

	30/06/2024		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	806.686	218.773	1.025.459
Deduções da receita bruta	(75.713)	(20.443)	(96.156)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	730.973	198.330	929.303
Amortização operacional			(65.105)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(414.780)
Lucro bruto			449.418
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(215.790)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			20.675
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			254.303

*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

Receita Operacional por Superintendência:

	30/06/2025		30/06/2024	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	417.001	174.077	352.340	143.784
Sul/Serra	177.299	48.249	148.660	33.133
Oeste	193.335	37.018	173.258	29.792
Norte/Vale	157.148	16.308	132.428	12.064
Total	944.783	275.652	806.686	218.773

Receita Operacional por Município:

	30/06/2025		30/06/2024	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	221.802	130.465	184.532	107.441
Chapecó	59.772	24.788	48.556	19.465
Criciúma	67.594	28.812	56.364	23.883
Rio do Sul	24.360	1.066	19.714	791
São José	87.787	33.224	76.726	29.547
Outros	483.468	57.297	420.794	37.646
Total	944.783	275.652	806.686	218.773

Notas Explicativas

No comparativo entre períodos, os incrementos mais significativos de receitas de esgoto foram nos municípios de Florianópolis (2 mil novas ligações, do novo sistema dos Ingleses) e Laguna que esta demonstrado em "Outros" (5 mil ligações liberadas para faturamento devido a provimento, em 11 de junho, do Agravo de Instrumento junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina "que afastou a suspensão da cobrança da tarifa de esgoto", devido a Ação Civil Pública n. 002132-78.2020.8.24.0040, proposta pelo município).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, conforme tabela a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Bancos	66.451	351.382
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	66.451	351.382

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

O montante de R\$502.766 (R\$100.815 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2022 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

8.2. Reconhecimento de perda em investimento

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage. Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de aproximadamente R\$14 milhões, que foi baixado contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020. Em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a deter uma parte do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios (uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida pela CASAN). A Companhia está em tratativas e buscando opções para realizar a venda dessa participação.

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, bem como encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários (sob o nº 19957.013002/2022-10).

Em 25 de julho de 2024 o Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC, considerou irregular a aceitação, a manutenção e a aquisição de cotas de fundos de investimentos pela Companhia, em decorrência de acordo extrajudicial realizado com a Fundação CASAN (Fucas) para quitação de dívida via dação em pagamento. A decisão condenou os responsáveis à época (ex-gestores da Companhia) à devolução dos R\$14 milhões investidos. A Companhia está

Notas Explicativas

acompanhando os desdobramentos desse processo por meio de sua Procuradoria Jurídica, com o objetivo de garantir que a CASAN seja devidamente ressarcida pelos prejuízos identificados.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços.

Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, como parcelamentos de dívidas vincendas em mais de 12 meses, está apresentadas no ativo não circulante.

	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		
Consumidores finais	326.940	294.979
Entidades públicas	29.912	30.054
Consumo a faturar	94.830	98.556
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(89.427)	(84.196)
Total Circulante	362.255	339.393
Não circulante		
Consumidores finais	8.559	9.814
Entidades públicas	5.352	5.951
Créditos reconhecidos como perdas	379.870	357.943
(-) Perdas reconhecidas	(379.870)	(357.943)
Total Não circulante	13.911	15.765
Total Contas a Receber de Clientes	376.166	355.158

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de junho de 2025, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

CATEGORIA	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	30.222	8.347	2.800	7.984	42.503	91.856
Industrial	5.511	1.380	254	742	6.619	14.506
Pública	18.460	4.475	3.275	19.445	121.497	167.152
Residencial	127.269	60.567	18.776	61.256	209.251	477.119
Consumo a faturar	94.830	-	-	-	-	94.830
	276.292	74.769	25.105	89.427	379.870	845.463
PCLD	-	-	-	(89.427)	(379.870)	(469.297)
Total Contas a Receber	276.292	74.769	25.105	-	-	376.166

Notas Explicativas

9.1. Reajuste Tarifário e Nova Tarifa Social

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 321/2025, de 21 de janeiro de 2025; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 048/2024, de 13 de dezembro de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através da Decisão nº 276/2024, de 21 de novembro de 2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 183/2024, de 13 de dezembro de 2024, autorizaram o reajuste de 5,56% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações que será aplicado a partir do mês de março de 2025.

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 313/2024, de 30 de dezembro de 2024; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 042/2024, de 06 de dezembro de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através do Processo Administrativo nº 3858/2024, de 10 de dezembro de 2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 177/2024, de 09 de dezembro de 2024 autorizam Nova Tabela de Tarifa Social da CASAN, com desconto de 50% no valor na TFDI e na primeira faixa de consumo, em linha com a Lei Federal nº 14.898/2024.

Intervalo R\$/m ³	Residencial Social - Lei Federal 14.898/2024
TFDI* R\$/mês	R\$22,85
0 a 15	R\$1,52
16 a 25	R\$14,12
26 a 50	R\$18,88
Acima de 50	R\$23,76

(*) TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura

(**) Tarifa de Esgoto = 100% do valor da Tarifa de Água

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais e equipamentos são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e das atividades de suporte.

Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante, conforme segue:

	30/06/2025	31/12/2024
Total Estoques, Materiais em almoxarifado	121.749	116.404

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar, possuem seu principal montante relacionado a impostos sobre o lucro, que possuem fechamento anual.

Apresentam a seguinte composição:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de junho de 2025.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de Renda a compensar	66.755	82.604
Contribuição Social a compensar	25.022	30.463
Impostos retidos a recuperar	19.747	11.881
Outros	8.500	106
Total	120.024	125.054

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas.

Esses créditos são apresentados no ativo circulante. Casos em que a realização ocorre em período superior a um ano após a data da demonstração, saem desse grupo e passam a figurar no ativo não circulante.

Apresentam a composição a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	7.780	7.709
Convênios com prefeituras	198	342
Adiantamentos a empregados	5.617	1.395
Pagamentos reembolsáveis	1.179	1.085
Outros créditos	980	972
Total	15.754	11.503

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênios de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários, que possuem prestação de contas posterior à CASAN.

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER**13.1. Ativos Financeiros de Contrato**

A Companhia registra os valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que conseqüentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato.

Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 30 de junho de 2025, R\$824.391 (R\$895.534 em 31 de dezembro de 2024) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

Notas Explicativas

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Ajustes	Saldo em 30/06/2025
Ativos Financeiros de Contrato	895.534	29.532	(100.675)	824.391

13.2. Ativo Financeiro de Municipalizados

Até 30 de junho de 2025 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos Financeiros	Saldo Contábil Inicial	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes até 2024	Saldo Contábil 30/06/2025
Morro da Fumaça	4.438	554	2	3.328	1.110
Bombinhas	6.933	883	1	6.050	883
Ilhota	1.498	188	1	1.310	188
Princesa	189	24	2	142	47
Guabiruba	2.062	258	2	1.547	515
Videira	9.798	1.225	2	7.348	2.450
Porto Belo	7.469	934	8	-	7.469
Caçador	8.242	1.880	8	-	8.242
Concordia	100.867	12.608	8	-	100.867
Total	141.496	18.554		19.725	121.771

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo com valor histórico, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Joinville	2005	135.000

Notas Explicativas

Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial
Itapoá	2007	3.469	Papanduva	2005	800
Imbituba	2014	25.037	Três Barras	2011	2.281
Massaranduba	2010	2.486	Timbó	2005	5.000
Meleiro	2009	571	Itapema	2005	4.000
Palhoça	2007	10.000	São José do Cedro	2014	3.584
Penha	2012	8.896	Lages	2005	110.000
Praia Grande	2013	1.078	Garuva	2012	475
Presidente Getúlio	2010	4.536	Gravatal	2015	8.308
São João Batista	2005	1.900	Videira	2018	9.000
Bombinhas	2017	7.100	Guabiruba	2018	3.072
Princesa	2017	191	Concórdia	2025	128.000
Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída:					580.705

13.3. Outros Créditos a receber

A Companhia proferiu com êxito o ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença. Com isso, as devedoras assinaram um Termo de Acordo com a CASAN com as seguintes condições de pagamento:

Valor do Acordo: R\$3.785, sendo 10% de entrada e o saldo remanescente dividido em 60 pagamentos mensais, sendo que da 2ª parcela em diante há a correção do saldo devedor pelo IPCA do mês anterior.

	30/06/2025	31/12/2024
Outros Créditos a Receber	2.591	2.947

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza da Provisão:	30/06/2025				31/12/2024
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Créditos de liquid. duvidosa	89.427	22.357	8.048	30.405	28.626
Contingências trabalhistas	6.487	1.622	584	2.206	2.206
Contingências cíveis	75.988	18.997	6.839	25.836	25.864
Contingências ambientais	-	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-
Total	171.902	42.976	15.471	58.447	56.696
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				58.447	56.696

Notas Explicativas

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

Imposto de Renda Diferido Ativo	01 de janeiro de 2024	Creditado /Debitado à DRE	31 de dezembro de 2024	Creditado /Debitado à DRE	30 de junho de 2025
Provisão crédit. liquid. duvidosa	25.058	3.568	28.626	1.779	30.405
Provisão para contingências	26.286	1.784	28.070	(28)	28.042
Prejuízo Fiscal	1.982	(1.982)	-	-	-
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-
Total	53.326	3.370	56.696	1.751	58.447

15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os grupos de ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

15.1. Ativos Intangíveis

	31/12/2024 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisição s/ Transf.	30/06/2025 Líquido
Sistema de Água	652.087	(49.145)	(33.379)	103.955	673.518
Sistema de Esgoto	1.051.441	(40.255)	(67.043)	79.131	1.023.274
Total	1.703.528	(89.400)	(100.422)	183.086	1.696.792

15.2. Ativos de Contrato

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

	30/06/2025	31/12/2024
Produção	474.127	413.315
Distribuição	73.679	56.547
Projetos e obras de operação Imediata	42.304	74.334
Total Água	590.110	544.196
Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos	1.146.332	1.027.323
Projetos e obras de operação Imediata	13.341	11.748
Total Esgoto	1.159.673	1.039.071
Projetos e obras administrativas	14.795	12.264
Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais	24.258	19.534
Total Obras Administrativas e Estoque de Obras	39.053	31.798
Total Ativos de Contrato	1.788.836	1.615.065

Notas Explicativas

A posição e movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2024	Adições	Transferências	30/06/2025
Ativos de Contrato	1.615.065	257.883	(84.112)	1.788.836

15.3. Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31/12/2024 Líquido	Depreciação	Baixas e Ajustes	Aquisições /Transf.	30/06/2025 Líquido
Ativos Administrativos	53.546	(3.562)	(1.179)	1.480	50.285

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido em 30 de abril de 1996 pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação. Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	30/06/2025	31/12/2024
Ativos reavaliados	209.037	219.282
Tributos sobre a reavaliação	(53.039)	(55.639)
Saldo da reavaliação	155.998	163.643

15.4. Investimentos no período

De janeiro a junho de 2025, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de **R\$287.034**.

Abaixo, destacamos as maiores obras em andamento durante o período.

Município	Sistema	Obra
São Jose e Florianópolis	Esgoto	Construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
Biguaçu e São José	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Água
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)
Araquari e Barra do Sul	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água

15.5. Depreciação e Amortização

Notas Explicativas

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	30/06/2025	31/12/2024
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações junto às Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados primordialmente a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, visando ampliar a oferta de água e o esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina.

A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

	30/06/2025		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	135.892	(6.639)	129.253
Japan International Cooperation Agency - JICA	394.208	(19.522)	374.686
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA	432.039	(119.780)	312.259
Total de Operações líquidas no exterior	962.139	(145.941)	816.198
Caixa Econômica Federal – CAIXA	257.884	(80.440)	177.444
Debêntures	2.132.236	(780.109)	1.352.127
Banco do Brasil	218.170	(42.231)	175.939
Banco ABC	82.586	(23.167)	59.419
Total Operações Líquidas no país	2.690.876	(925.947)	1.764.929
Total Empréstimos e Financiamentos	3.653.015	(1.071.888)	2.581.127

A seguir, a comparação com o ano de 2024 e 2025, pelos seus valores líquidos:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	65.179	65.609	64.074	96.310	Nota Exp.
Japan International Cooperation Agency - JICA	38.414	36.777	336.272	373.153	1,20% a.a.
Fundo Financ. Desenv. da Bacia do Prata - FONPLATA	12.119	152	300.140	340.576	3,59% a.a.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de junho de 2025.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	
Total de Operações no exterior	115.712	102.538	700.486	810.039	
Caixa Econômica Federal	14.721	14.197	162.723	168.348	Nota Exp.
Debêntures	142.207	203.433	1.209.920	836.614	Nota Exp.
Banco Safra		3.939		-	Nota Exp.
Banco ABC	30.331	15.517	29.088	43.632	Nota Exp.
Banco do Brasil	62.263	31.358	113.676	148.573	Nota Exp.
Total de Operações no país	249.522	268.444	1.515.407	1.197.167	
Total de Empréstimos e Financiamentos	365.234	370.982	2.215.893	2.007.206	

- a. Os contratos de empréstimos junto a AFD estão sujeitos a COVENANTS.
- b. As amortizações, do principal e dos encargos financeiros incorridos, obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano	30/06/2025
Amortizações para 2025	142.551
Amortizações para 2026	434.039
Amortizações para 2027	437.858
Amortizações para 2028 em diante	1.566.679
Total	2.581.127

- c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, pelas taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo: 1 EURO equivalente a R\$ 6,43630 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 6,4230 em 30 de junho de 2025; 1 IENE equivalente a R\$ 0,03947 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 0,03785 em 30 de junho de 2025; e 1 DÓLAR equivalente a R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 5,45710 em 30 de junho de 2025.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 30 de junho de 2025 o saldo devedor é de R\$ 129.253 equivalente a €19.951.

Japan International Cooperation Agency – JICA



Notas Explicativas

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total foi de ¥11.877.997 para as obras e de ¥2.529.198 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 30 de junho de 2025 o saldo devedor é de R\$ 374.686 equivalente a ¥ 9.871.600.

European Investment Bank -BEI

Em 14 de dezembro de 2023, foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank (BEI), no valor de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 30 de junho de 2025 não ocorreu nenhum desembolso.

FONPLATA

Em 19 de dezembro de 2024, foi assinado o contrato de financiamento com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de R\$339.267 (USD 55.000).

A taxa de juros do financiamento é de 3,59% ao ano, acrescida da taxa SOFR (Secured Overnight Financing Rate). O desembolso ocorreu em 30 de dezembro de 2024. O financiamento tem prazo de carência de 2 anos. Após esse período, haverá 6 anos de amortização, iniciando em 15 de setembro de 2025, com a última parcela em 15 de setembro de 2032. Em 30 de junho de 2025, o saldo devedor é de R\$312.259 equivalente a US\$57.220.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	30/06/2025	31/12/2024
2010 A 2012	2034 a 2036	177.444	182.545

O valor do principal e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures - 2ª Emissão

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

Notas Explicativas

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a.

A totalidade das Debêntures da Série única da 2º Emissão foi integralmente resgatada em 08 de maio de 2025.

Debêntures - 3º Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 (“Aprovação Societária”), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Valores Mobiliários”), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais aplicáveis (“Oferta”);

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 30 de junho de 2025 o saldo devedor das 3ª Debêntures é de R\$772.863.

Debêntures - 4º Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 27 de fevereiro de 2025 (“Aprovação Societária”), aprovou a 4ª (quarta) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até três séries, para Distribuição Pública.



Notas Explicativas

O valor da emissão ficou em 125.000 mil (cento e vinte e cinco mil) referente às Debêntures da primeira série, 330.000 (trezentos e trinta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série, e um lote adicional de 170.000 (cento e setenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de terceira série, com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 9,9878% (nove inteiros, nove mil oitocentos e setenta e oito décimos de milésimo por cento) ao ano.

Remuneração das Debêntures da Terceira Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 10,6573% (dez inteiros e seis mil quinhentos e setenta e três décimos de milésimo por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2030 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2027. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2032 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2028. O vencimento final das Debêntures da Terceira Série ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2037 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2028.

Em 30 de junho de 2025 o saldo devedor das 4ª Emissão de Debêntures é de R\$579.264.

Banco do Brasil

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$16.911 do contrato. Em 30 de junho de 2025 o saldo devedor é de R\$20.682.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das



Notas Explicativas

debêntures, foi amortizado o valor de R\$14.130 do contrato. Em 30 de junho de 2025 o saldo devedor é de R\$34.988.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$18.958 do contrato. Em 30 de junho de 2025 o saldo devedor é de R\$49.871

Em 28 de junho de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$25.000 (vinte e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 15 de julho de 2027. Em 30 de junho de 2025 o saldo devedor é de R\$25.142.

Em 30 de dezembro de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de janeiro de 2026 e final em 15 de dezembro de 2028. Em 30 de junho de 2025 o saldo devedor é de R\$45.256.

Banco ABC

Em 24 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 27 de junho de 2024 foi formalizado um aditivo contratual prorrogando o pagamento da amortização e ajustando a taxa de juros para 3,4% ao ano. A nova data de início da amortização passou a ser 15 de agosto de 2025, com vencimento final em 17 de maio de 2027. Em 30 de junho de 2025 o saldo devedor é de R\$33.885.

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratado uma CCB com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (vinte e cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 29 de setembro de 2023 foi formalizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros para 3,6%. Em 27 de junho de 2024 foi realizado o 2º aditivo contratual prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros para 3,4%. A nova data de início da amortização passou a ser 15 de agosto de 2025, com vencimento final em 17 de maio de 2027. Em 30 de junho de 2025 o saldo devedor é de R\$25.534.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de junho de 2025.

Em milhares de reais



Notas Explicativas

	30/06/2025	31/12/2024
Circulante:		
Provisão para férias	62.003	46.197
INSS	9.246	8.734
FGTS	2.176	2.982
IR s/folha de pagamento	6.974	9.791
Consignações	182	164
Salários	16.618	14.936
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	736	-
Outros	745	656
Total Circulante	98.680	83.460
Não Circulante:		
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	11.591	-
Passivo atuarial Plano Previdência Complementar	4.292	4.292
Total Não Circulante	15.883	4.292

17.1. Plano Previdenciário CASANPREV

O plano CASANPREV, aprovado em 6 de agosto de 2008, é oferecido aos funcionários da Companhia, que patrocina o plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Em 30 de junho de 2025 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$15.883 (R\$4.292 em 31 de dezembro de 2024).

O Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido.

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2025:

Componentes do custo / (receita) próximo exercício	31/12/2025
Custo do serviço corrente (parte patronal) (1+2)	(1.526)
1 Custo do serviço corrente bruto	830
2 Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	(2.356)
Custo líquido dos juros	175
Custo do benefício pós-emprego no período	(1.351)

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a empresa Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota, na referida data base.

17.2. Equacionamento Déficit Atuarial CASANPREV

Em 28 de março de 2024, o Conselho de Administração, em sua 437ª Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – CASANPREV,

Notas Explicativas

referente ao Exercício de 2022. O déficit totaliza R\$24.775, conforme as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

Nos termos da Lei Complementar nº 109/2001 e da Resolução CNPC nº 30/2018, o equacionamento do déficit será realizado de forma paritária entre a Patrocinadora (CASAN), os participantes e os assistidos do plano CASANPREV. A Companhia será responsável pelo montante de R\$12.234, a ser pago em parcelas mensais, com vencimento inicial em abril de 2024, ao longo de um período de 18 anos. O valor nominal da primeira parcela é de R\$92.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui contabilizado o montante total de R\$12.327, sob o título de Equacionamento do Déficit Atuarial – CASANPREV. A amortização das parcelas segue o método da Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 4,86%. As parcelas são atualizadas mensalmente, a partir da data-base, conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) ou outro índice adotado no Plano CASANPREV.

18. TRIBUTOS A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

	30/06/2025	31/12/2024
Circulante:		
REFIS	672	149
COFINS	12.178	12.332
COFINS PARCELAMENTO	25.940	24.615
PIS	2.626	2.670
PIS PARCELAMENTO	5.611	5.324
Imposto de Renda - retenções	218	177
Imposto de Renda sobre lucro real	78.219	75.565
PIS/COFINS/CSLL - retenções	755	485
INSS de terceiros	1.427	1.412
Contribuição social sobre lucro real	29.562	29.341
Outros	1.021	1.118
Total circulante	158.229	153.188
Não circulante:		
REFIS	2.262	468
COFINS PARCELAMENTO	56.616	66.023
PIS PARCELAMENTO	12.247	14.282
Total não circulante	71.125	80.773

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento de março a dezembro de 2023, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de junho de 2025.

Em milhares de reais

Notas Explicativas

Em 2025 a Companhia optou pelo Parcelamento Convencional da PGFN – Débitos Previdenciários, modalidade 0014 - Parcelamento sem garantia - Pessoa Jurídica - Dívida Previdenciária - até 15 milhões de reais. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 21 de fevereiro de 2025.

Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Saldo anterior	149	4.367	468	577
Transferências	192	148	(192)	(148)
Consolidação	497	-	1.986	-
Atualizações (TJLP)	122	65	-	39
Amortizações	(288)	(4.431)	-	-
Total	672	149	2.262	468

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$53.039 em 30 de junho de 2025 (R\$55.639 em 31 de dezembro de 2024), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Constituídas com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, as provisões são em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	30/06/2025	31/12/2024
Provisão contingências cíveis	75.989	76.072
Provisão contingências trabalhistas	6.487	6.487
Total Provisões	82.476	82.559
Total Depósitos dados em garantia	(99.183)	(100.348)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(16.707)	(17.789)



Notas Explicativas

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados como perdas possíveis ou remotas.

As ações judiciais com grau de risco classificado como possível, pela área jurídica da Companhia, fecharam em R\$332.497 (R\$290.855 em 31 de dezembro de 2024).

20.1. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem trânsito em julgado.

20.2. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

21.1. Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações.

	30/06/2025	31/12/2024
PDVI 2017 – Passivo Circulante	73.515	89.937
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	4.775	30.434
Total PDVI	78.290	120.371

22. PARTES RELACIONADAS

22.1. Transação com Partes Relacionadas

A Companhia participava de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e o acionista CELESC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de junho de 2025.

Em milhares de reais



Notas Explicativas

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Gov. do Estado - SC (Precatórios) ¹	-	-	53.567	41.084	-	-	-	-
Sec. do Estado da Fazenda-SEFAZ	6.316	6.099	-	-	25.625	20.502	-	7
Celesc	63	122	-	-	609	414	64.966	61.363
Total	6.379	6.221	53.567	41.084	26.234	20.916	64.966	61.370

¹ A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.

22.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração global dos administradores para o período de maio de 2025 a abril de 2026 foi aprovada pela 55ª/2025 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 22 de abril de 2025, no montante global de até R\$5.315. Em 2024 a aprovação se deu pela 54ª/2024 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2024, no montante de até R\$4.827 para o período de maio de 2024 a abril de 2025.

Abaixo, apresentamos o quadro de remuneração dos administradores:

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
Salário ou Pró-labore	1.142	1.191
Benefícios diretos e indiretos	354	456
Representações	77	74
Diárias	36	25
Total	1.609	1.746

23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 30 de junho de 2025 (R\$18.266 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$1.355.289 (Um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e nove mil, dezenove reais e sessenta e três centavos), representados por 1.150.656.560 ações (exatamente igual ao de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

Composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e ações preferenciais todas nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, assegurada a estas a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado a seguir:

Acionistas	30/06/2025			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Governo do Estado de Santa Catarina	515.303.611	521.749.832	1.037.053.443	90,13%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,86%
Demais Acionistas	61.617	50.071	111.688	0,01%
Total de ações	572.078.479	578.578.081	1.150.656.560	100%

Acionistas	31/12/2024			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Governo do Estado de Santa Catarina	515.303.611	521.749.832	1.037.053.443	90,13%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,86%
Demais Acionistas	61.617	50.071	111.688	0,01%
Total de ações	572.078.479	578.578.081	1.150.656.560	100%

24.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 22 de abril de 2025, conforme deliberado na 55ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) e na 143ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o Governo do Estado de Santa Catarina aprovou a reversão do montante de R\$52.022, anteriormente destinado ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, para a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

24.3. Reserva de Lucros

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social

Reserva para Fundo de Investimentos

Conforme art. 79º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.



Notas Explicativas

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

24.4. Resultado por Ação

	30/06/2025	30/06/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	207.549	101.120
Quantidade total de ações	1.150.656.560	1.039.655.158
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	0,36065	0,09726

24.5. Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia tem registrado como ganhos em outros resultados abrangentes o montante de R\$25.150, valor igual ao registrado em 31 de dezembro de 2024.

Os referidos ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Dessa forma, a variação no saldo de Outros Resultados Abrangentes reflete o impacto dos ajustes atuariais sobre as obrigações da Companhia em relação aos seus planos de benefícios, contribuindo para uma melhor transparência e entendimento dos efeitos financeiros decorrentes da avaliação atuarial.

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia no primeiro trimestre de 2025 e 2024 estão apresentadas abaixo:

	30/06/2025	30/06/2024
Tarifas de água	934.614	794.318
Tarifas de esgoto	275.602	218.735
Outras receitas de serviços de água	10.167	12.368
Outras receitas de serviços de esgoto	51	39
Total do faturamento	1.220.434	1.025.460
Impostos sobre vendas e outras deduções	(115.484)	(96.157)
Total receita líquida	1.104.950	929.303

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

A Companhia incorreu em receitas, com margem nula, e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões até 30 de junho de 2025, no montante de R\$253.159 (R\$209.917 em 30 de junho de 2024).

Notas Explicativas

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	30/06/2025	30/06/2024
Salários e encargos*	290.544	259.329
Materiais	52.089	54.134
Serviços de terceiros	173.902	173.876
Gerais e tributárias	29.990	29.902
Depreciações, amortizações e provisões	87.737	82.314
Amortização direito de uso de bem	14.569	14.124
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	27.194	26.152
Recomposição de pavimentação	17.181	16.482
Fundos para programas municipais	45.733	39.362
Total	738.939	695.675

*Contas de salários e encargos obteve incremento em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.

27. GASTOS COM EMPREGADOS

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

	30/06/2025	30/06/2024
Salários	104.529	99.027
Férias, Abono e 13º Salário	30.347	28.163
Custos previdenciários	61.263	45.338
FGTS	12.386	11.662
Programa de alimentação	25.889	25.011
Programa de saúde	26.150	21.647
Gratificações	20.974	18.254
PDVI – Demissão voluntária incentivada	4.358	5.884
Outros benefícios	4.648	4.343
Total	290.544	259.329
Número de empregados	2.756	2.777

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia está apresentado abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de junho de 2025.

Em milhares de reais



Notas Explicativas

	30/06/2025	30/06/2024
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	986	759
Juros ativos	3.899	3.827
Rendimento de aplicações financeiras	27.589	18.327
Acréscimos por inadimplências contratuais	10.561	14.734
Ganho com recuperação de crédito	-	52
Total Receitas Financeiras	43.035	37.699
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(137.341)	(107.620)
Variações monetárias e cambiais (reversão)	42.191	(16.252)
Multas e juros*	(5.929)	(12.175)
Correção monetária	-	(97)
Outras	(2.356)	(2.619)
Total Despesas Financeiras	(103.435)	(138.763)
Resultado Financeiro Líquido	(60.400)	(101.064)

*Valores de juros e multas referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas são compostas substancialmente por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	30/06/2025	30/06/2024
Outras receitas operacionais		
Indenizações e ressarcimento de despesas	493	4.481
Comissão prestação de serviços/convênios	542	541
Reversão causas trabalhistas	113	4.000
Reversão causas cíveis	81	8.992
Vendas de bens do imobilizado	4.388	1.019
Contribuições e doações	989	2.111
Outras	710	20
Total Outras Receitas Operacionais	7.316	21.164
Outras despesas operacionais		
Baixa de imobilizado	(139)	(396)
Provisões causas cíveis	-	(12)
Fiscais e tributárias	(1.807)	(81)
Total Outras Despesas Operacionais	(1.946)	(489)
Outras Receitas (Despesas) Oper. Líquidas	5.370	20.675



Notas Explicativas

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$69.775. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados.

A Companhia aluga 569 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

31. CONCESSÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Diante da deflagração, pelo município de São Miguel do Oeste, de processo licitatório em 2024 para a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a CASAN segue atuando perante o referido Município, Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, no sentido de manter a operação do sistema e resguardar os seus direitos em observância aos princípios e dispositivos regulatórios e legais.

A licitação está cautelarmente sustada pelo município para retificação do Edital a partir dos pedidos de impugnação do Edital.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação, não ocorreram eventos subsequentes que possam requerer ajuste ou divulgação adicional.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração das informações trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individual, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Barueri, 6 de agosto de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2025.

Florianópolis, 07 de agosto de 2025.

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor-Presidente

Carlos Ivan Sturzbecher
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Leonardo Lacerda da Silva
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão

Rosane Vettori
Diretor Administrativo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras do período encerrado em 30 de junho de 2025.

Florianópolis, 07 de agosto de 2025.

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor-Presidente

Carlos Ivan Sturzbecher
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Leonardo Lacerda da Silva
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão

Rosane Vettori
Diretor Administrativo